

Aos 80 ANOS, PUC-SP DEPRECIA SEUS DOCENTES 80+

A coincidência do número 80 é funesta: exatamente no ano em que a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo completa seus 80 anos, os seus docentes 80+ são praticamente “convidados” a se retirarem da casa que ajudaram a construir, por meio de um Programa de Incentivo do Término da Carreira Docente (TCD).

A APROPUC realizou uma assembleia na quinta-feira, 13/08, que contou com presença expressiva dos docentes que expressaram o seu descontentamento com os Atos 02 e 03/26 da Fundasp/Reitor. O Ato 02/26 propõe um acordo individual de desligamento dos professores com mais de 80 anos e o Ato 03/26 a criação da figura do professor sênior. A principal crítica dos presentes à assembleia encaminhou-se para a contradição entre os atos publicados conjuntamente pela Fundasp e Reitor e a proposta de PDV que foi aprovada dias antes pelo Conselho Universitário.

O Programa de Demissão Voluntária (PDV) comunicado pelo Reitor Vidal Serrano no Consun extraordinário de 03/07, embora não fosse o desejado pelos professores, poderia propiciar uma aposentadoria

PDV x Acordo Individual Trabalhista: qual a diferença?

Embora ambos possam resultar no fim do contrato de trabalho “por consenso”, PDV e acordo individual trabalhista são institutos jurídicos distintos, com bases legais, requisitos e efeitos diferentes.

O PDV — também chamado de PDI (Plano de Demissão Incentivada) — é um programa oferecido pela empresa a um grupo de empregados, geralmente em contextos de reestruturação, enxugamento de quadros ou fechamento de unidades. É justamente a oferta de condições melhores do que as da demissão comum que estimula a adesão voluntária — sem esse incentivo extra, dificilmente haveria adesão espontânea. É respaldado pela Lei nº 13.467/2017.

O acordo individual — tecnicamente “rescisão de contrato de trabalho por acordo entre as partes” — também foi criado pela Reforma Trabalhista, no artigo 484-A da CLT. Aqui, a negociação é direta e individual, entre a empresa e o empregado, sem necessidade de envolvimento do sindicato, de acordo coletivo ou de homologação. No quadro abaixo detalhamos algumas diferenças entre os dois instrumentos:

Aspecto	PDV (art. 477-B, CLT)	Acordo individual (art. 484-A, CLT)
Natureza	Programa coletivo, oferecido a um grupo	Negociação bilateral com um único empregado
Base legal	Art. 477-B da CLT	Art. 484-A da CLT
Exige negociação coletiva/sindicato	Sim, obrigatoriamente	Não
Verbas rescisórias	Definidas no próprio plano, geralmente mais vantajosas que a lei	Reduzidas: aviso prévio e multa do FGTS pela metade/20%
Benefícios adicionais	Comuns: indenização extra, extensão de plano de saúde, manutenção de outros benefícios por prazo determinado	Não previstos em lei; em geral limitado às verbas legais reduzidas, salvo negociação pontual entre as partes
Saque do FGTS	Conforme previsto no plano	Até 80% do saldo
Seguro-desemprego	Depende das condições do plano e da situação do trabalhador	Não há direito
Efeito da quitação	Pode ter eficácia liberatória geral (quitação ampla), se aprovado por negociação coletiva	Quitação limitada, em regra, às parcelas discriminadas
Contexto típico de uso	Reestruturações, fechamento de unidades, redução de quadro	Situações pontuais em que ambas as partes preferem uma saída consensual, sem processo formal de dispensa

digna àqueles professores que desejassem encerrar sua carreira. Porém, o Ato 02/2026, anunciado em 21/07, institui o denominado Programa de Incentivo ao Término da Carreira Docente, que é sensivelmente

diferente de um Plano de Demissão Voluntária.

Nesta página publicamos um quadro ilustrativo mostrando as diferenças entre um PDV e o TCD apresentado pelo Reitor/Fundasp no ato 02/2026.

Carta ao Consun

A Assembleia de 13/08 deliberou também o envio de uma carta ao Consun (que publicamos nesta edição),

**Continua na
página seguinte**

Continuação da página anterior

solicitando uma revisão das medidas adotadas tendo em vista o teor do que foi votado, para que realmente os professores interessados em encerrar suas carreiras pos-

sam ter sua dignidade minimamente garantida.

Os professores votaram também pela não manifestação de interesse em participar do TCD e do ato 03/26 já que não representam seus interesses, além de muitos pontos restarem nebulosos.

Nem tudo é festa no aniversário de 80 anos da PUC-SP: uma universidade que durante a maior parte de sua existência trilhou os caminhos da democracia e da valorização de seus funcionários e professores, hoje encontra-se na lamentável

situação de, além da degradação salarial, ver os docentes que a construíram sendo descartados dessa forma.

Enfim, como diria ironicamente Fernando Pessoa em O Menino de Sua Mãe: “Malhas que o Império tece”.

Longa vida à PUC-SP!



Fundasp abre edital para seleção de três docentes com políticas de ações afirmativas

O processo seletivo para a seleção de professores para o preenchimento de três vagas na Faculdade de Ciências Sociais, no

curso de Ciências Sociais acontecerá entre os dias 20/08 e 19/10. Para mais informações acesse o link <https://bit.ly/4c1t8Sp>

Maria Carmelita Presente!

A repercussão da morte da professora Maria Carmelita Yazbek, referência histórica do Serviço Social brasileiro, ultrapassou a data de seu falecimento: entidades e universidades de todo o país e do exterior manifestaram pesar e reconhecimento por sua trajetória, entre elas CFESS, ABEPSS, a Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e o Conselho Federal de Serviço Social; programas de pós-graduação de universidades federais como a UNIFESP, UFF, a Universidade Federal de Juiz de Fora, UFSC, a Estadual de Londrina, UFMA, Estadual da Paraíba e a UFTM.

Em nota, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) descreve que “Carmelita fez parte de momentos fundamentais dessa história. Foi vice-presidente da primeira gestão do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e esteve à frente do Conselho em um período importante para a implantação do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Também teve participação significativa na construção da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), contribuindo para consolidar os fundamentos de uma política pública comprometida com a proteção social e com a garantia de direitos. Pesquisadora, professora emérita da PUC-SP e formadora de gerações de assistentes sociais, Carmelita uniu

conhecimento, compromisso e militância em defesa de uma sociedade mais justa e democrática.” “Carmelita foi muito importante no intercâmbio com a UERJ, na implantação do mestrado (e depois doutorado), quando eu lá implantei e assumi a coordenação desses níveis”, destacou a Profa. Dra Lúcia Maria de Barros Freire, ex-coordenadora do Programa de pós-graduação em SS da UERJ. A Associação Guineense dos Assistentes Sociais da Guiné-Bissau (AGAS) apresentou suas condolências à família e aos amigos de Carmelita pelo seu falecimento. “Reconhecemos, com profunda gratidão, a sua notável contribuição para o serviço social, área à qual dedicou o seu conhecimento, compromisso e trabalho em prol de uma sociedade mais justa e solidária. Que a sua memória e o legado deixado no serviço social permaneçam como inspiração para as futuras gerações. Que descanse em paz.”

A professora Alcina Maria de Castro Martins do Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) em Coimbra, Portugal, afirmou a perda da querida e admirável Carmelita. “Nunca a iremos esquecer! A sua OBRA e ternura ficam para sempre! (...) a arquiteta e construtora de pontes entre o serviço social no Brasil, noutros países da América Latina, África e Europa. Portugal continua a dever-lhe muito.”

Diretoria da AFAPUC

80 anos: quem também construiu essa história?

A PUC-SP completa 80 anos.

Oito décadas de uma história que merece ser celebrada pela excelência acadêmica, resistência democrática, defesa da liberdade e formação de gerações.

Mas nenhuma história de 80 anos é construída apenas por grandes nomes ou acontecimentos registrados nos livros. Ela também é feita por milhares de pessoas que, todos os dias, atenderam estudantes, organizaram documentos, prepararam aulas, mantiveram sistemas e espaços funcionando, ensinaram, administraram e cuidaram desta Universidade. **Funcionários e professores também construíram esses 80 anos.**

Por isso, causa tristeza que, justamente em uma celebração dessa dimensão, muitos daqueles que fazem parte dessa história não estejam se

sentindo verdadeiramente parte dela.

A programação comemorativa foi organizada para um sábado, durante o recesso da Universidade, sem que as entidades representativas de funcionários e professores fossem chamadas a participar de sua construção. Foram convidadas a participar das atividades já programadas.

Ao mesmo tempo, enquanto algumas pessoas receberam convites com assentos reservados para determinadas atrações, outras receberam um link para se inscrever e concorrer a ingressos e teve, ainda, aquelas que foram chamadas para trabalhar no evento.

Não se trata de questionar quem recebeu convite ou de diminuir a importância da comemoração. Trata-se de perguntar que significado tem uma celebração

institucional quando parte daqueles que ajudaram a construir a história celebrada se sente apenas convidada a assistir — e alguns, convocados a trabalhar.

Os 80 anos poderiam ser uma oportunidade extraordinária para fortalecer algo que temos discutido muito nos últimos tempos: **pertencimento.**

Há funcionários e professores com décadas de PUC-SP. Pessoas que atravessaram crises, greves, dificuldades financeiras, mudanças administrativas e momentos decisivos da Universidade. Muitas permaneceram aqui não apenas porque tinham um emprego, mas porque acreditavam — e ainda acreditam — na PUC-SP.

A AFAPUC celebra os 80 anos da Universidade e tem orgulho de fazer parte dessa história. Mas celebrar uma insti-

tuição também significa reconhecer aqueles que a sustentaram ao longo do caminho.

Não queremos privilégios ou lugares especiais. Queremos algo muito mais simples: **ser reconhecidos como parte dessa história.**

Porque uma Universidade não é construída apenas por quem aparece no palco.

É construída também por quem, durante décadas, trabalhou nos bastidores para que o palco pudesse existir.

Que os 80 anos sejam um momento de alegria e orgulho, mas também de reflexão sobre os próximos anos que queremos construir.

Quando chegarmos aos 90, queremos apenas estar presentes na comemoração ou queremos poder dizer, verdadeiramente, que continuamos fazendo parte dessa história?

professor e funcionário, filie-se à sua associação!

Somente a participação efetiva na APROPUC e AFAPUC garante conquistas superiores à própria Convenção Coletiva, melhores condições de ensino e trabalho, contrato de trabalho diferenciado, manutenção de uma imprensa combativa, luta permanente por uma aposentadoria digna, entre tantas outras conquistas que só podem ser viabilizadas com uma associação forte e atuante.

SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS É FUNDAMENTAL!

APROPUC



AFAPUC

ASSOCIE-SE:

PROFESSORES: www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao

FUNCIONÁRIOS: <https://www.afapuc.org.br/formularios/>

Prezado colega Professor/Professora

RENOVAÇÃO ANUAL DA SUA ADESÃO AO QUADRO ASSOCIATIVO DA APROPUC-SP!

AINDA NÃO É ASSOCIADO? ASSOCIE-SE JÁ!

A partir do Acordo Interno de Trabalho 2023/24 celebrado entre a APROPUC/SINPRO e FUNDESP exige que o desconto associativo do professor em folha seja efetuado apenas quando a/o docente manifestar sua concordância por escrito ANUALMENTE.

No atual Acordo Interno, a APROPUC negociou que a manifestação de concordância poderá ser feita com assinatura própria ou digital simples. Para isso, a APROPUC-SP já encaminhou por e-mail aos associados o formulário preenchido, bastando assiná-lo e devolvê-lo. Esse formulário também pode ser acessado pelo link www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao e enviado para apropuc@uol.com.br.

Professoras/es que ainda não são associados poderão preencher o mesmo formulário para efetuar a sua adesão ao quadro associativo da APROPUC.

Nos últimos anos, os professores obtiveram ganhos significativos devido à luta da APROPUC-SP contra as investidas da FUNDESP para anular os direitos adquiridos dos professores. A diretoria da APROPUC-SP está em constante vigilância e luta, juntamente com os professores presentes em inúmeras reuniões e assembleias, com apoio dos funcionários e estudantes. Por exemplo, no final do primeiro semestre de 2023, a alteração contratual proposta pela Deliberação do CONSAD 1/2023 que provocaria perdas substanciais ao conjunto dos

professores, podendo gerar demissões, foi revertida a partir de pronta ação da APROPUC em conjunto com o SINPRO-SP - Sindicato dos professores de São Paulo.

Atuamos junto à Reitoria para encaminhar as demandas dos professores como ocorreu 1/2026 em relação à Avaliação Docente. Conseguimos negociar critérios e prazos que atenderam, em parte, às reivindicações dos docentes da PUCSP.

Estabelecemos uma relação próxima junto ao SINPRO-SP e junto à FEPESP – Federação Estadual dos Professores do Estado de São Paulo – que em muito tem contribuído para assegurar nossos direitos.

Esses ganhos para os atuais professores demandaram altos

custos jurídicos e investimentos em comunicação.

A sobrevivência financeira da APROPUC está em jogo.

Por isso, é fundamental que os docentes participem, se manifestem e, principalmente, se associem à APROPUC-SP.

A luta continua em muitas outras frentes como inserção e progressão na carreira, professores demitidos no “limbo”, tabelas salariais diferentes para a mesma função, etarismo, entre outras.

PROFESSORA/PROFESSOR: RENOVE SUA ADESÃO À APROPUC-SP! ASSOCIE-SE JÁ!

Maiores informações poderão ser obtidas pelo tel/ WhatsApp: 11-3872 2685.

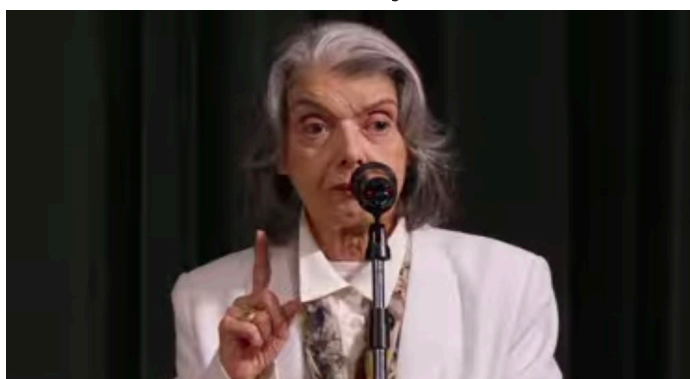
Diretoria da APROPUC

Aula magna com Ministra Cármen Lúcia, debate democracia, Constituição e autoritarismo

Na segunda-feira, 17/08, aconteceu no Teatro Tuca a aula magna com a ministra do STF Cármen Lúcia Antunes Rocha. Promovido pelo Centro Acadêmico 22 de Agosto. O encontro marcou o início do semestre e da Semana 22 de Agosto. Com o tema “Autoritarismo e Democracia: o papel da Constituição Federal em defesa do Estado de Direito”, a ministra falou sobre os desafios da democracia brasileira e a importância da Constituição de 1988.

Democracia como uma luta permanente

Em ano de eleição, Cármen Lúcia destacou a importância de refletir sobre a Constituição de 1988 e sobre a democracia. Para a Ministra, a democracia não é algo acabado, mas uma luta permanente e



Ministra Cármen Lúcia no Tuca

diária.

Ela também alertou para o crescimento do autoritarismo e para que situações como, por exemplo, a ditadura, não se repitam. Segundo Cármen Lúcia, é preciso estar atento, já que “às vezes o autoritarismo pode crescer a olhos vistos”, afirma a ministra.

A liberdade foi um dos pontos centrais da discussão. Para a Ministra, o Estado e o Direito existem para garantir

que as pessoas possam viver melhor em sociedade, com liberdade e respeito.

Constituição de 1988 e os desafios atuais

Cármen Lúcia lembrou que a construção da Constituição de 1988 não foi fácil e que a defesa de um Direito verdadeiramente democrático continua sendo necessária. Para

ela, a luta contra o autoritarismo também passa pelo enfrentamento das desigualdades e pela construção do diálogo. A Ministra destacou ainda a importância de conhecer os próprios direitos como forma de combater o autoritarismo. “Se você tem direitos e sabe deles, o autoritarismo se acanha diante desse conhecimento”, afirmou.

Durante a aula, Cármen Lúcia também abordou questões climáticas e sociais que preocupam os tribunais, além dos riscos de erosão democrática e dos atuais abalos nas instituições.

Ao concluir, reforçou a necessidade de olhar para a sociedade de novas formas, sem deixar de lado a fraternidade e o respeito ao outro. Para ela, é dessa forma que se amplia a possibilidade de sermos livres e de construirmos uma democracia mais forte.

RENOVAR É FORTALECER

A AFAPUC informa que, por deliberação da FUN-DASP, permanece obrigatória a renovação anual do formulário de autorização para o desconto da contribuição associativa em folha de pagamento. Essa medida mantém a regularidade da filiação e garante a continuidade das atividades da Associação.

Os associados já receberam o formulário por e-mail e devem devolvê-lo, preenchido e assinado, preferencialmente em PDF, o quanto antes e, impreterivelmente, até o dia 18 de setembro de 2026. O formulário poderá

ser devolvido em resposta ao e-mail recebido ou, se preferirem, presencialmente na sede da AFAPUC.

Assim como ocorreu no ano passado, não é necessário reconhecer firma, tornando o processo mais simples. Em caso de dúvidas ou para solicitar a ficha de renovação ou de filiação, entre em contato com a Secretaria da AFAPUC.

A força da AFAPUC está na participação de seus associados. Cada renovação e cada nova filiação ajudam a manter viva uma entidade criada pelos próprios funcionários para representar

seus interesses.

Mais do que uma formalidade, renovar é reafirmar o compromisso com uma Associação construída pelos próprios funcionários. É esse apoio que permite à AFAPUC manter o diálogo com a Universidade e sua Mantenedora, acompanhar temas de interesse da categoria e representar os funcionários administrativos da PUC-SP.

Se você ainda não é associado, este também é um excelente momento para fazer parte da AFAPUC. Quanto maior a participação dos funcionários, mais forte e

legítima será a Associação para representar toda a categoria.

A AFAPUC existe porque conta com seus associados. Renovar sua autorização ou tornar-se um novo associado é contribuir para que a Associação continue representando os funcionários administrativos da PUC-SP. A Diretoria agradece a confiança de seus associados e conta com sua renovação. Aos que ainda não fazem parte da AFAPUC, fica o convite para se associarem e fortalecerem essa representação coletiva.

Diretoria da AFAPUC

Ministra do STM destaca defesa dos direitos humanos e papel da Constituição em aula magna na PUC

A ministra do Superior Tribunal Militar (STM) Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha ministrou aula magna para o curso de Direito da PUC no dia 12/08 em comemoração aos 80 anos da PUC e do Centro Acadêmico 22 de Agosto. Com lotação máxima no auditório 333, no evento, cujo tema foi “A Constituição Brasileira de 1988 e os Direitos Humanos” a Ministra destacou, em fala de cerca de 30 minutos, pontos relevantes dos avanços promovidos pela Constituição e sua manutenção, ressaltou o papel dos direitos humanos nos recortes do âmbito mundial, salientou a transição democrática pós-ditadura e criticou o crescente descaso do tratamento dos direitos humanos atualmente no Brasil e no mundo.

Ao iniciar a palestra, Maria Elizabeth destacou a importância de dialogar com as novas gerações e afirmou que falar sobre direitos humanos é discutir a própria razão de existência do Direito. “Quando eu falo direito, não é apenas o constitucional, são todos os direitos, os direitos do indivíduo, os direitos internos e os direitos públicos internacionais.” Ela afirma que a Carta de 1988 marca o processo



A ministra Maria Elizabeth Teixeira ao lado de Lucas Barros, do Centro Acadêmico 22 de Agosto.

de democratização do Estado brasileiro após o fim da “longa noite que durou 21 anos”. “O regime militar, como todos sabem, suprimiu os direitos constitucionais, marcou a heterotopia do poder executivo em relação aos demais poderes. A Constituição de 1988 representa, sem dúvida alguma, um marco jurídico da trajetória pública e da institucionalização dos direitos humanos brasileiros”. A ministra falou para os presentes que em sua família há um desaparecido político desde a época da ditadura militar.

A jurista ressaltou a PUC-SP como uma das protagonistas no rearranjo da transição do Estado Brasileiro para a democracia.

Salientou que a nossa Carta de 1988 é uma das mais avançadas do mundo, vincula a cidadania com a dignidade humana. “Direitos humanos ganharam um relevo que nunca havia sido adotado antes. A nossa Carta, além de afirmar que são direitos fundamentais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a proteção social, a proteção da dignidade da criança e a assistência aos desamparados, ela também oferece uma ordem social com um amplo rol de diretrizes e de fins, que devem ser cumpridos nos deveres do Estado, que são os direitos do cidadão à saúde, à educação, à cultura, às práticas esportivas, à ciência, à tecnologia.” Em sua argumentação,

a Ministra salienta que o Estado deve servir aos seus propósitos e não espoliar o cidadão. A participação estatal é imprescindível para o bem-estar social.

Respondendo às perguntas do público, a Ministra reforça que o Direito é um eterno construto social que acompanha as transformações da sociedade e o surgimento de novos direitos. “A Constituição não pode ser um texto fechado, ela não pode ser um texto acabado. A ideia é que ela se interprete e que ela se renove”, afirmou.

“O milênio tem como débito expandir a democracia. A ordem social se junta a uma ordem econômica. Não há verdadeira liberdade sem igualdade e não há verdadeira igualdade sem liberdade”, relembrou a jurista.

Por fim, Maria Elizabeth ressaltou que, apesar dos avanços constitucionais, o Brasil ainda enfrenta profundas desigualdades sociais que limitam o acesso efetivo aos direitos humanos. Para ela, o desafio contemporâneo é construir políticas de inclusão e recuperar a centralidade desses direitos no desenvolvimento das sociedades. Maria Elizabeth foi a primeira mulher a integrar o STM, em 2007, e a primeira a ocupar a presidência da Corte após mais de 200 anos de história do tribunal.

@Rafaela Serra